

Música e infância: sintonias na Educação Infantil

ALMEIDA, Jaqueline Ferreira de¹
jaqueferreiraalmeida@gmail.com
IFES/ LAGEBE-UFES

Resumo

Este trabalho tem como objetivo provocar o debate sobre a música na Educação Infantil. Para isso, mediante uma pesquisa bibliográfica, apresentamos uma concepção de infância reconhecendo as crianças como sujeito de direitos; levantamos dados sobre a história da música e apresentamos a articulação da música com a Educação Infantil e sua articulação com a Educação Básica. Encontramos na LDB/96 que a música é defendida na educação e apresenta que a música deve ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular. Quando potencializamos a presença da música na Educação Infantil, reafirmamos a presença da criança como sujeito de direitos e a potencializamos junto à música no processo curricular. Mediante a um levantamento bibliográfico, conforme Mendes (2008), esta pesquisa buscou analisar nos últimos dez anos (2002 a 2012), nos periódicos publicados na ANPED (Associação Nacional de Pesquisa em Educação) os trabalhos sobre música na educação infantil no currículo. Acreditamos que a música não deve ser apenas um paliativo ao alcance de outros objetivos, dados os meios e circunstâncias em que acontece. Através das pesquisas buscamos publicações que nos mostrassem como se encontra o cenário educacional brasileiro no que diz respeito à música, ao qual encontramos nos trabalhos a relação da criança com a música, a influência da cultura musical e a necessidade de formação dos professores que atuam na Educação Infantil.

Palavras – Chaves: Educação Infantil, Música, Currículo.

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (IFES). Membro do grupo de pesquisa do Ensino Médio no ES-LAGEBES/UFES.

Introdução

As reflexões a respeito do que somos e de onde viemos, sobre a origem humana e sobre este passado, sempre se apresentou como uma incógnita. No decorrer dos estudos realizados, focalizamos nossas atenções ao principal elemento de nossa pesquisa: a criança. Por esta razão percorreremos as entrelinhas da história a buscar elementos que nos auxiliem na elucidação de algumas questões existentes no cotidiano escolar. Na busca de tal objetivo, optamos por fundamentar nosso trabalho através da pesquisa bibliográfica, em que relacionamos autores e suas concepções de música e infância, a relação destas com a educação, além da pesquisa que relacionou os trabalhos publicados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, e através desta pesquisa e das conclusões que alcançamos propormos ações, visando aproximar música e a educação infantil.

Como elemento importante presente em nossas vidas, a música teve um papel alternativo, ao longo dos anos no cotidiano escolar, não ocupando, portanto o papel importantíssimo que envolve as esferas do físico e do imaterial, do concreto e do abstrato, sendo praticada em vezes como paliativo às condutas de contenção e ocupação de meninos e meninas, dando-lhes o que fazer.

Para isso buscamos inicialmente compreender a infância e seu significado e os desdobramentos no sentido de reconhecer a criança como sujeito e integrante da sociedade, para a qual contribui e participa. Articula a esta concepção a discussão de música, que vem contribuindo sem medida com o desenvolvimento do ser humano, em todos os momentos e etapas de sua vida, através de suas potencialidades.

Conceito de Infância

Para conseguirmos entender melhor o processo de construção do atual conceito de infância far-se-á necessário retornarmos ao nosso passado e conhecermos as transformações que este conceito vem sofrendo ao longo da história.

Segundo Philippe Áries em seu livro “História Social da Criança e da Família” (1981, p.40) ele afirma que:

Até por volta do século XII, à arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo.

Através dessa declaração de Áries (1981) fica visível a ausência do conceito infância nesse período da história, portanto durante séculos a criança não era reconhecida e foi vista e representada como miniaturas de adultos, a vivência do período infância era deixado de lado e a sua construção de conhecimento se realizava a partir do convívio que esta tinha com os adultos, ou seja, todo o conhecimento social e cultural, incluindo a aprendizagem de atividades produtivas (trabalho no campo e na cidade), se dava por meio da convivência e da oralidade, pois eram na convivência com os adultos que tantos os valores como os saberes eram aprendidos, permitindo a cada um ser capaz de viver em uma sociedade marcada pela tradição, onde o ser criança não existia.

Apenas na sociedade contemporânea a criança passa a ser vista como um ser social. Período este que veio com a constituição do capitalismo e com a crise da estrutura feudal. Com a Revolução Industrial e a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, surgem organizações de grupos femininos para cuidarem das crianças enquanto suas mães trabalhavam. Apesar da educação não ser o objetivo dessas organizações elas acabavam por desenvolver atividades pedagógicas com a adoção de atividades que envolviam a musicalidade e a memorização. Surgiram em seguida na Europa e nos Estados Unidos as primeiras instituições que iriam cuidar dessas crianças e é a partir daí que surgem as preocupações com a educação infantil, sendo elas voltadas para a aprendizagem da leitura da bíblia e tarefas do trabalho do lar. Ao observarmos os métodos utilizados para a aprendizagem dessas crianças percebemos que a música está sempre envolvida como mediadora dessa aprendizagem. Sendo assim podemos dizer que desde os primeiros passos para o reconhecimento e construção do conceito de infância na sociedade, a música foi reconhecida como uma grande aliada do processo de aprendizagem, mesmo que o objetivo naquela época não fosse à educação em si, mas indiretamente ela se fazia presente. Envolver a música como instrumento pedagógico é trabalhar com o lúdico da criança fazendo com que seja alcançado o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor.

Para Weigel (1988, p.14) *“O ritmo tem um papel importante na formação e equilíbrio do sistema nervoso. Isto porque toda expressão musical ativa age sobre a mente, favorecendo a descarga emocional, a reação motora e aliviando as tensões.”* Sendo assim, quando trabalhamos usando a música como intermediadora deste conhecimento, conseguimos ir além do conhecimento teórico e passamos a desenvolver com maior facilidade e de forma prazerosa a coordenação motora e emocional dessa criança.

[...] no século XVIII, a escola passa a imprimir o ensino escolar como meio de educação, em que a criança deixa de ser misturada aos adultos, e a família passa a ser um lugar de afeição entre pais e filhos. A educação das crianças torna-se a ser responsabilidade da escola (FREITAS, 2008).

No Brasil essas instituições, diferentemente da Europa e dos Estados Unidos que possuíam uma prática pedagógica, elas vem para oferecer apenas o assistencialismo com o objetivo de resolver os problemas de alto índice de mortalidade infantil e a maus tratos a crianças, também tinha por finalidade dar amparo às crianças carentes, abandonadas e que eram excluídas da sociedade.

No final do século XIX surgem os jardins de infância criados por Instituições filantrópicas que tinham por objetivo enfatizar o desenvolvimento infantil, ouve críticas a essas instituições por estas se assemelharem às instituições européias que tinham um caráter pedagógico. Com o surgimento da indústria e o alto índice de migração das mulheres que saíram de seus lares para trabalharem nas fábricas, as mães operárias iniciaram uma briga através de movimentos que reivindicavam um aumento de criação de instituições educacionais e de cuidados para seus filhos, iniciativa esta que duraram décadas. No decorrer desses movimentos essas mulheres passaram a defender que, todas as mulheres teriam o direito de colocar seus filhos dentro das instituições de educação e cuidados infantis, independente de seu poder aquisitivo (condições financeiras).

Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (de adulto) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade infantil, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura (KRAMER, 1982, p.19).

A criança passa então a ser reconhecida pela sociedade como um ser social, histórico e cultural. Porém durante esse processo de concepção é observado que existem dois lados da

moeda. Enquanto nas instituições privadas eram desenvolvidas atividades que favoreciam a prática pedagógica valorizando a criatividade e a socialização, preparando essas crianças para a entrada no ensino regular, as instituições públicas estavam voltadas para a ideia de carência e deficiência, deixando a desejar no desenvolvimento social e cognitivo dessas. Com isso se formou uma divisão do ensino onde de um lado se encontrava as crianças de classe social privilegiada (essas se concentravam nas instituições particulares) e do outro as crianças de classe baixa (essas frequentavam as instituições públicas). Com essa divisão percebeu-se a necessidade de implantar uma legislação que padronizassem esse ensino e que assegurasse o direito das crianças.

Falar do conceito de infância é falar de história, considerando que este, não é uma fórmula pronta e concebida e sim uma construção histórica e mutável que vem sofrendo modificações ao longo do tempo e que permanece em constante transformação.

Música e Educação na Legislação Brasileira

Um dos objetivos deste trabalho foi apresentar as potencialidades que a música traz à vida do indivíduo ao seu máximo e para o uso da mesma na sua totalidade. Com o objetivo de problematizar as distâncias entre as diferentes interpretações do que é, e de como deve acontecer a prática da música com objetivos educacionais, observamos que o RCNEI apresenta desde a sua introdução, aspectos relacionados à música de forma superficial quando cita “aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos assim como a promoção de interação e comunicação social.” (BRASIL, 1998, p.45), o que dentro de um contexto histórico representa um avanço importantíssimo para a educação brasileira, mas não contempla tudo o que a música pode proporcionar.

Além desta sinalização o RCNEI (1998) pontua que a música apresenta-se como forma de expressão e um meio de integração social, ficando claro que mesmo após este percurso histórico os exemplos práticos da aplicação da música e seus efetivos resultados a legislação, não proporcionou avanços que valorizassem os aspectos pedagógicos, por esta razão mesmo após o RCNEI manifestar-se direcionando a música, continuamos a observar práticas com o intuito de tornar a música uma ferramenta eficaz e efetiva, não apenas na sua aplicação artística, mas atingindo níveis de expressão cultural em massa, onde o aluno

desenvolva a capacidade de produzir musicalmente, conforme sua compreensão dos aspectos sociais que o envolvem provocando mudanças no comportamento dos profissionais da educação e das instituições escolares, como também uma relação de respeito mútuo a cada manifestação e contribuição dos seus alunos, fato que a LDB alcança ao tornar a música conteúdo obrigatório, disponibilizando tanto à rede pública quanto à privada um mesmo referencial teórico que os direcione a uma educação musical de qualidade e comum a ambas as redes de ensino.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. (Redação dada pela Lei nº 12.287, de 2010)

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008) (BRASIL, 1996)

Mesmo com essa transformação há ainda hoje grande dificuldade em desvincular a música da concepção assistencialista, que ainda existe no ambiente escolar, a aplicação da música reduzia-se a pequenas atividades ou ações. Hoje a possibilidade de proporcionar junto aos alunos a criação de um ambiente educacional criativo e expressivo caminham lado a lado com os objetivos educacionais estabelecidos a fim de ampliar as contribuições dos sujeitos envolvidos no processo.

Com a aprovação das Resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, temos:

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira e Garantir experiências que:

- Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura; (BRASIL, 2009)

Este reconhecimento agora amparado pela lei e comprovado pelos estudos a respeito da linguagem e da compreensão das estruturas que constituem o universo infantil, proporcionam a criança ocupar o seu espaço na sociedade e a música como ciência que é capaz de aproximar o que sentimos e o que queremos provocar através da linguagem musical. A riqueza deste processo encontra-se na liberdade de expressão e na ampliação dos potenciais criativos que a criança tem à sua disposição.

Por ser um cenário novo, os profissionais envolvidos ainda permanecem atrelados a concepções antiquadas em relação a música e fica evidente que deve haver um intenso processo de capacitação, a fim de que os professores explorem as virtudes que a música oferece.

Música na Educação Infantil

Percebemos a necessidade do aprofundamento teórico com relação a música na educação, e por meio da pesquisa bibliográfica realizada no período de 2002 a 2012, nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

São necessárias também ações que produzam a quebra dos paradigmas existentes a respeito de gênero musical, disponibilizando tanto às escolas particulares quanto públicas diretrizes que democratizem as matizes musicais, suas características e desta forma haja a compreensão independente da classe social de que a música pode e deve ser trabalhada afim de aproximar as crianças do conhecimento, além dos princípios musicais e de suas próprias expressões, das culturas que por meio dela atravessam fronteiras e independente da condição social, alcança, move e produz efeitos fantásticos.

Queremos que esta movimentação nos leve a mudança deste paradigma, permitindo as crianças ampliar seus espaços de criação, trazendo junto a si as potencialidades que a música disponibiliza, e para isso buscamos encontrar amparo em leis e diretrizes que tornem tudo isso um objetivo palpável e exequível por todos, fazendo da música uma ciência que proporcione o encontro do aluno consigo mesmo e com o seu próximo por meio de uma linguagem que comprovadamente concluímos, é universal.

A pesquisa realizada utilizou como fonte de dados, trabalhos apresentados no período entre 2002 e 2012, em que percebemos que há pouca publicação na área musical, conforme o quadro 1 nos mostra os trabalhos analisados no referido período.

Ano de Publicação	Título do trabalho	Autores	Grupo de Trabalho
2003	Mas as crianças gostam!?” ou, sobre gostos e repertórios musicais	Luciana Esmeralda Ostetto	GT-07 - Educação da criança de 0 a 6 anos
2005	Música e Educação Infantil: possibilidades de trabalho na perspectiva de uma pedagogia da infância	Monique Andries Nogueira	GT-07 - Educação da criança de 0 a 6 anos
2011	A Educação das crianças e as músicas infantis	Zena Winona e Maria Cristina Monteiro Pereira de Carvalho	GT-24 – Educação e Arte
2012	Discutindo sobre músicas e culturas da infância	Kelly Werle e Cláudia Ribeiro Bellochio	GT-24 - Educação e Arte

Quadro 1: Trabalhos analisados publicados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED). Fonte: Autores

Os poucos trabalhos com a temática música e educação infantil é citada por Nogueira (2005) onde afirma que os eventos (congressos, seminários, encontros, etc..) na área da educação apresentaram poucas pesquisas com relação à temática musical e os eventos na área musical não abrangem as questões relacionadas à infância e educação infantil e apresentaram desconhecimento da legislação educacional como LDB e o RCNEI. Temos a necessidade de realizarmos pesquisas mais consistentes e que não contemplem somente as questões de ritmo, gostos musicais e a produção de música em massa apresentada pela indústria fonográfica a qual é de conhecimento público. Identificamos nas publicações críticas relacionadas em que os autores enfatizam que a maior parte das músicas que estão incluídas no cotidiano da Educação Infantil é veiculada a mídia e que são de conhecimento público. Para Eisenberg e Carvalho (2011) tais músicas devem ser incluídas no início da vida escolar da criança, pois por fazer parte da sua vida fora da escola a faz sentir em um ambiente familiar, facilitando a adaptação na Educação Infantil.

No trabalho de Ostetto (2003), podemos observar que o mesmo traz a questão do gosto musical das crianças na educação infantil, a influência da mídia na cultura musical e as manifestações da expressão musical das crianças.

No artigo de Nogueira (2005), há uma importante contribuição, pois a mesma desmistifica o mito de que os professores não trabalham música de qualidade na escola por falta de material. Este argumento dos educadores é desfeito a partir da pesquisa realizada pela autora, em que recebe material musical diversificado, de boa qualidade e que podem ser trabalhados em sala de aula pedagogicamente.

A análise das letras das músicas presentes no cotidiano da educação Infantil é apresentado no trabalho de Winona e Carvalho (2011), em que as autoras constataam a presença de músicas que estiveram presentes no passado e que se fazem presentes atualmente, com modificações nas letras. A relação com o momento cultural, econômico e social é fundamental na transmissão cultural por meio da música, a qual tem característica de cada região.

A música como representação, como parte da expressão da criança é a abordagem de Werle e Bellochio (2012), com a qual a música tem inter-relação com o aspecto sociocultural da criança. Para as mesmas, a música está vinculada ao brincar, pois por meio do brincar a criança representa e compreende a realidade e produz cultura. A música é produzida a partir da relação com o outro, a partir de suas vivências.

Observamos que os trabalhos abordam que as músicas presentes na educação infantil são as mesmas que se fazem presentes na mídia e que estão nas “paradas musicais”, ou seja, são as músicas que estão na “boca do povo”.

Destacamos que no ano de 2012 o trabalho apresenta o foco com relação sociocultural da criança, apresenta a relação com o brincar, importante na especificidade da Educação Infantil.

Acreditamos que os sucessos musicais devem fazer parte da prática pedagógica, desde que aliada a uma metodologia, tenha uma intencionalidade e um objetivo. Não devem apenas fazer parte da escola por fazer, mas sim para que alcance o objetivo maior: o desenvolvimento do aluno, em todos os aspectos.

Conclusão

Com a obrigatoriedade da música na educação básica, surgem trabalhos com concepções teóricas e suas articulações com a educação.

Quando aprofundamos o assunto percebemos que as práticas que se encontram hoje nas unidades escolares, relacionam a música a momentos de descontração, lazer, recreação e para preencher espaços onde seriam necessárias ações efetivas e eficazes dos profissionais que ali estão. De fato a música tem essas potencialidades e pode ser utilizada com tais finalidades, mas como podemos comprovar, a música não se reduz apenas a isto, à concepção assistencialista e como preenchimento de espaços entre as atividades da educação infantil. Mas sim, faz parte das formas de expressões da criança e de como ela se relaciona e se expressa com o mundo que a rodeia e a cerca.

Assim, necessitamos de práticas pedagógicas que articulem a música em sua totalidade com as vivências e experiências da criança, em seu cotidiano, a fim de promover a aprendizagem, o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da criança.

Referências

ARIÈS, Phillippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC editora, 1981.

FARACO. C.A. **Linguagem e Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo. Parábola. 2009.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1982.

NOGUEIRA, Monique Andries. **Música e Educação Infantil: Possibilidades de trabalho na perspectiva de uma pedagogia da infância**. 28ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt07/gt07213int.rtf> Acessado em: 21/09/2012.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **“Mas as crianças gostam!”**, ou sobre gostos e repertórios musicais. 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Poços de Caldas, 2003. Disponível em:

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 18, n. 1, jan./jun. 2012

<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/lucianaesmeraldaostetto.rtf>. Acessado em: 30/10/2012.